

# “É preciso criatividade”

As palestras proferidas na tarde de ontem, no quarto encontro do seminário **O Futuro Político de Brasília**, serviram para deixar clara a posição do PMDB em defesa da Representação Política em todos os níveis; além de trazer à tona ponderações do jornalista Luis Gutemberg, defensor de novas formas de representação.

Gutemberg lembrou, para calçar seu argumento, a “triste experiência dos presidentes Vargas e JK, com a sede do governo no Rio de Janeiro”.

—O Rio se mostrava uma sede inadequada para a capital do país. San Tiago Dantas, atendendo a solicitação de JK, estudou os trâmites jurídicos finais, para transferência da capital. Ele argumentava a inadequação do Rio, como capital do país, lembrando que em quatro séculos de existência, a cidade acumulara problemas dos mais complexos, sendo um grande centro comercial, segundo centro financeiro do país e pólo industrial. Ad-

ministrar o Brasil, do Rio, dificultava e onerava o país.

Luis Gutemberg lembrou que Vargas, do Catete, geria os destinos do país, recebendo, ora as pressões da UNE (União Nacional dos Estudantes), que ficava atrás do Palácio, ora da direita, que fazia também suas manifestações.

—A situação que hoje nos apresenta é muito complexa: Brasília constitui um território complexo. O Plano Piloto representa um terço do Distrito Federal. As cidades-satélites, com seus problemas de enormes proporções, detêm dois terços da população e do eleitorado. Só uma posição fascista negará direito de Representação Política ao DF.

Mas é aí, que Gutemberg joga um novo dado para reflexão: “é preciso criatividade. Instituir representação seguindo modelos tradicionais, é violentar o conceito gerador de Brasília, cidade nova, experiência única no

país. Precisamos evitar a falsa representação. E isto só será evitado, se atentarmos para as peculiaridades de Brasília. Temos que pesar a experiência do Rio de Janeiro, capital no período imperial e republicano. Não neguemos nossa história. Precisamos recorrer a ela, para não repetirmos erros como a “Gaiola de Ouro” em que se transformou a Câmara de Vereadores do Rio, quando capital do país”.

— A representação virá, já que vemos um problema formidável: enquanto o Plano Piloto aparenta tranquilidade, as cidades-satélites pressionam com sua população de desempregados e subempregados. Caberá à União resolver este problema que ela mesma criou, ao deixar as satélites brotarem abundantemente e ao criar programas que assentaram milhares de pessoas no DF, sabendo que não havia mercado de trabalho para absorvê-los.

## Estudantes participam

A participação dos estudantes secundaristas no debate em torno da representação política no Distrito Federal foi um dos destaques do segundo dia do seminário, realizado no auditório da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC), ontem à tarde. Os estudantes levaram um cartaz até o local dos debates, reivindicando que sejam ouvidos na questão do voto para Brasília, considerado por eles como da maior importância.

O grupo de secundaristas, entre eles Marcelo Silva Malta, revelou que eles compareceram ao seminário apenas para fazer um acompanhamento das discussões, inclusive tomando parte ativa nos debates. Para eles, é importante estar atento a este movimento tipicamente popular e comunitário, que é a luta pela representação política para o DF. Adiantando que a Umesb (União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas de Brasília) deverá dar total apoio à proposta da população no sentido de conquistar seu direito a voto.

Telma Caxeta do Nascimento, que acompanhou durante todo o dia o desenrolar das discussões, elogiou a iniciativa de realizar-se um seminário sobre o tema, que ela considera extremamente importante.

— Não é admissível que, justamente na cidade onde são tomadas praticamente todas as grandes decisões nacionais, a população não tenha direito de tomar as suas próprias resoluções e escolher o seu caminho.

O líder dos secundaristas, Marcelo Malta, disse que a Umesb não tem ainda uma posição oficial sobre o assunto mas que, como todas demais entidades representativas da população, apóia a reivindicação da comunidade:

— Nós entendemos que a representação política é, antes que justa, necessária, porque o que vemos atualmente é que a Comissão do Distrito Federal, órgão encarregado de fiscalizar e acompanhar o governo do DF, não tem ligações íntimas com a comunidade e, justamente por isso, não pode sentir os problemas em toda a sua amplitude.

Essa falta de representação política autenticamente local de Brasília é prejudicial em todos os aspectos, relata o estudante, lembrando que ele sentiu na própria pele esse prejuízo, ao tentar conquistar apoio para que sua delegação fosse enviada ao XXI Congresso da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas:

— Até um provável apoio parlamentar à iniciativa é penoso, justamente porque não existem representantes eleitos pelo DF. Não podemos pedir apoio a estudantes de Brasília para quem é eleito por Minas Gerais, Goiás, ou outros Estados. Pedimos no Congresso que nos fosse cedido um ônibus para que a delegação pudesse viajar para São Paulo, e não conseguimos.

### OPINIÕES

Apesar dos pronunciamentos de quatro conferencistas no período da tarde, o debate dos membros da Mesa com a audiência acabou sendo bastante produtivo, conforme concordaram os organizadores do seminário “O futuro político de Brasília”. Os debates prolongaram-se até o final da tarde, com a participação de representantes de entidades previamente inscritos para falar, e também de outros presentes ao auditório.

O bancário Cláudio da Costa Assunção disse que a representação política para Brasília representa a unanimidade da população. Para ele, essa luta deve tornar-se mais e mais organizada, e frisou que os sindicatos são importantes instrumentos para que a população conquiste esse direito, “que nos foi tirado há muitos anos”.

Já o advogado Francisco Edgar Tavares, que também acompanhou os pronunciamentos da tarde, preferiu lembrar outro aspecto da questão:

— E bom não esquecermos que várias vezes tentamos, via Congresso Nacional, conquistar a representação política. E sempre o Congresso Nacional negou-nos este direito, derrotando as propostas de abrir o voto para o Distrito Federal. É preciso que isto seja feito mas, de acordo com as atuais normas constitucionais.